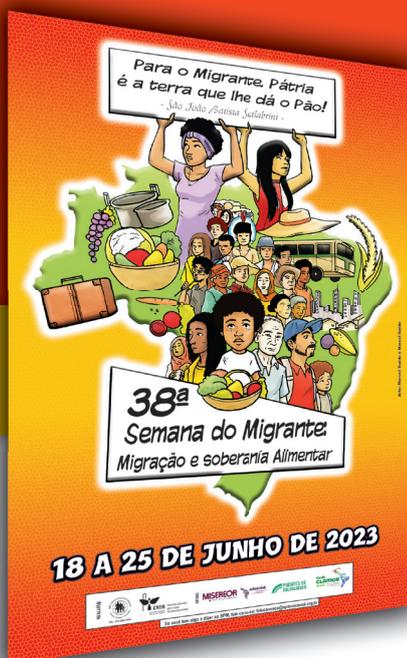


TEXTO BASE



**38ª SEMANA DO MIGRANTE
18 A 25 DE JUNHO DE 2023**

*“Fome dá dor de cabeça,
já dizia o poeta popular, deixa
o corpo esquelético e trêmulo,
conspira contra a dignidade
humana e retira a sinergia da
alma.”*

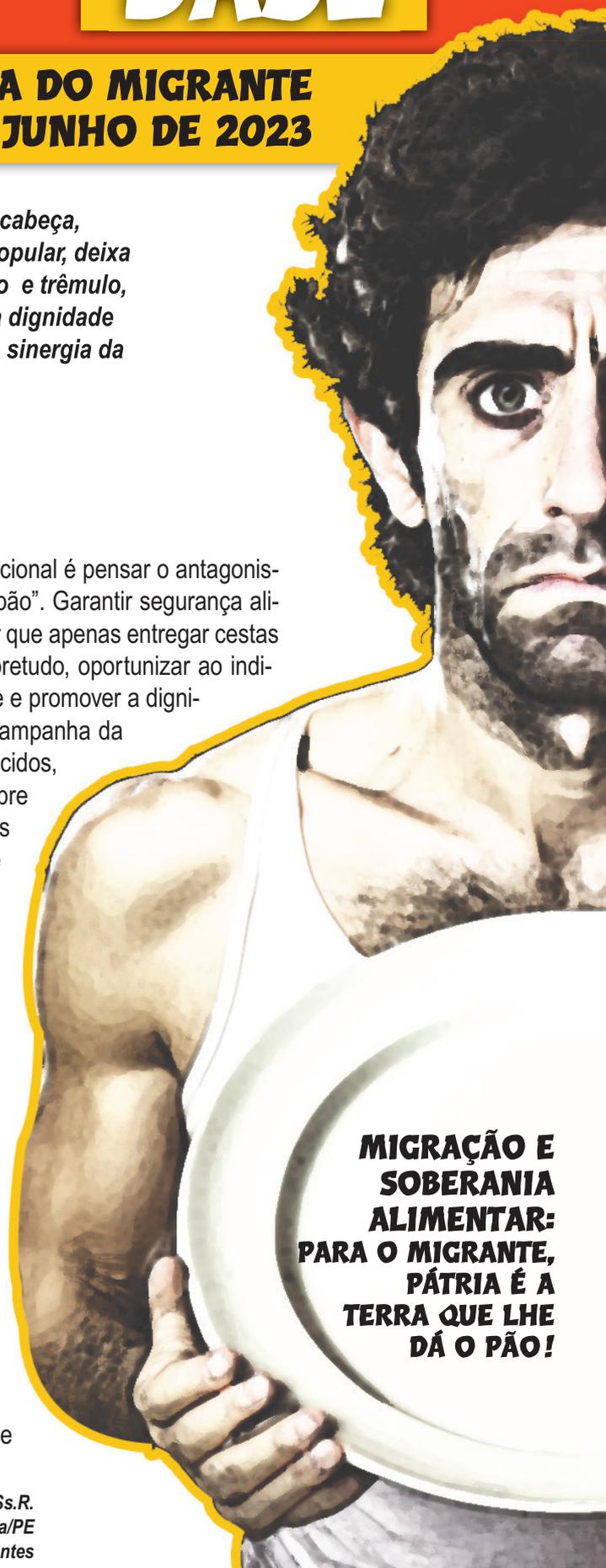
APRESENTAÇÃO

Discutir, na Semana do Migrante, segurança alimentar e nutricional é pensar o antagonismo da fome. “Para o migrante, pátria é a terra que lhe dá o pão”. Garantir segurança alimentar e nutricional, portanto, tem um significado muito maior que apenas entregar cestas básicas, embora muitas vezes o façamos. Compreende, sobretudo, oportunizar ao indivíduo que exerça seu protagonismo, gerar a sustentabilidade e promover a dignidade humana. A frase de São João Batista Scalabrini e a Campanha da Fraternidade 2023 nos impele a repensar sobre os empobrecidos, frutos do aprofundamento das desigualdades sociais, e sobre as precárias condições de vida às quais são submetidos; nos remetem a analisar o modelo de produção e distribuição de renda, a pensar, à luz do Josué de Castro, as razões da fome.

O Pe. Alfredinho, ao refletir sobre esse fenômeno vil, afirma: “A fome, evidentemente, não se confunde com a mera vontade de comer. Esta última, de resto, todos e todas sentimos a cada três, quatro ou cinco horas, dependendo do ritmo vital e alimentar de cada organismo vivo sobre a face da terra. A fome verdadeiramente crônica e avassaladora, ao contrário, tem a ver com a incerteza, a inquietude e a insegurança quanto à próxima refeição: o fato cruel e brutal de ignorar se e quando ela será servida, não à mesa, mas no solo de pedra e asfalto.”

Com este subsídio, texto base para a Semana do Migrante em 2023, queremos fomentar a reflexão e o diálogo sobre o esperar da superação da fome, buscando identificar as causas e, assumindo nosso papel e missão, caminharmos atentos e comprometidos, inspirando nossa prática na metodologia de Jesus, o Bom Pastor: “Dai-lhe vós mesmo de comer!”

*Dom José Luiz Ferreira Salles, C.Ss.R.
Bispo da Diocese Pesqueira/PE
Presidente do Serviço Pastoral dos Migrantes*



**MIGRAÇÃO E
SOBERANIA
ALIMENTAR:
PARA O MIGRANTE,
PÁTRIA É A
TERRA QUE LHE
DÁ O PÃO!**

FOME E MIGRAÇÃO

Texto de: José Carlos Pereira

Imagem: Adobe Stock



Todas as pessoas sentem fome diariamente. Para saciá-la, basta tomarmos um lanche ou uma refeição. Mas a fome não é apenas uma manifestação biológica e de caráter puramente individual. Ela é expressão da desigualdade econômica e social que privilegia o bem-estar de grupos abastados, influentes politicamente e mantém, aprofunda e multiplica a pobreza e a vulnerabilidade social de muitos outros grupos.

Portanto, não vamos falar aqui da fome como uma sensação comum no dia a dia, tampouco como um problema natural causado somente por intempéries climáticas como secas e enchentes. Ao contrário, falamos sobre a fome coletiva, que causam situações de desabastecimento e de terra arrasada, endêmica, epidêmica e que se torna um problema ético, político, econômico que atinge muitos grupos sociais e que, por isso, interessa a todas as pessoas, na medida em que deve ser abordada como um problema político, ético e de saúde pública.

Josué de Castro (1946), médico que elaborou um dos principais estudos sobre a fome, chama atenção para dois tipos de fome:

A **epidêmica** e a **endêmica**. A primeira está ligada a situações de guerras, desastres naturais – como tsunamis, o terremoto de 2010 no Haiti, o de 2023 na Turquia e na Síria –, a proliferação de doenças como a Covid-19, etc.

Já a segunda, a fome endêmica, tem raízes na desigualdade social. Ela atinge, principalmente, regiões empobrecidas do planeta, como a América Latina, África e Ásia. Mas, também ocorre em bolsões de pobreza de países ricos como EUA, Inglaterra, França etc. Essa fome afeta mais os negros, mulheres, migrantes, ciganos, indígenas, população em situação de rua. Ela expressa a xenofobia o preconceito étnico, racial, de classe, de gênero e é agravada pela falta ou insuficiência de políticas de geração de emprego e renda, saúde, habitação, educação, reforma agrária, transporte, etc.

No que se refere à insegurança alimentar, o IBGE a classifica em três níveis - leve, moderada e grave:

Leve: há incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro, e queda na qualidade dos alimentos resultante de estratégias para não diminuir a quantidade de refeições consumida;

Moderada: há redução quantitativa no consumo de alimentos entre os adultos e/ou piora nos padrões de alimentação;

Grave: há redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, piora nos padrões de alimentação, falta de alimentos para todos os membros de uma família.

Há também a “fome oculta” (CASTRO, 1946) a “fome oculta” mata, lentamente, milhares de pessoas devido a alimentação deficiente. Esta tem a ver com hábitos culturais produzidos pelo sistema de produção que privilegia o monocultivo de commodities voltadas ao comércio internacional, o consumo de alimentos ultraprocessados e estimula a concentração da propriedade fundiária.

GLOBALIZAÇÃO DA FOME E DA POBREZA

A pesar do desenvolvimento científico e tecnológico que possibilita maiores colheitas; a despeito de muito se falar nos males causados pela fome e da necessidade de preveni-la, de combatê-la, ela atinge cada vez mais pessoas mundo afora. No mundo globalizado, a fome foi globalizada e tornou-se um problema estrutural, complexo, multidimensional. Em 2021, ela flagelou a vida de 811 milhões de pessoas. Em 2022, já aterrorizava 828 milhões de almas no planeta (IGF, 2022).

O relatório da ONU (2023) informa que 22,5% da população (131,3

milhões de pessoas) da América Latina e do Caribe não tinham alimentação saudável. No Caribe, a fome atinge 52% da população; na América Central, 27,8%; e na América do Sul, 18,4%. Entre 2019 e 2020, 8 milhões de novas pessoas, a maioria delas migrantes, entraram para o mapa da fome na região, devido ao aumento do custo de vida.

No Brasil, a Rede PENSSAN (2022) aponta que 125,2 milhões de pessoas sofrem com a insegurança alimentar. A mesma pesquisa diz que a fome ameaça mais de 33 milhões de pessoas com a

morte biológica e social. O UNICEF (2023) aponta que, no Brasil, 32 milhões de crianças são afetadas pelo trabalho infantil, educação precária, falta de habitação, de água potável e saneamento básico etc.

Enquanto a fome vai torturando milhares de pessoas, a safra brasileira 2018/2019 foi de 241,9 milhões de toneladas (M/T). Em 2021/2022 alcançou 272,5 (M/T), e, para 2023, estima-se uma safra de 312,2 (M/T). As maiores produtividades e áreas cultivadas são de soja, milho e cana-de-açúcar – commodities internacionais. Diante do aumento, ano a ano, da produção agrícola brasileira, como explicar que o país vem tendo, desde 2016, um aumento da população que sofre com a fome?

A insuficiência de políticas públicas aliada à má gestão da pandemia de Covid-19, o lucro a qualquer custo dos bancos e de grandes empresas muito contribuem para a escalada da fome e da pobreza no mundo e no Brasil. Enquanto a pandemia de

Covid-19 avançava mundo afora deixando um rastro de 15 milhões de mortes, segundo a OMS, os 10% mais ricos do planeta passaram a controlar 76% da riqueza global. Já os 50% mais pobres ficaram com apenas 2% dessa riqueza.

No Brasil, os bancos bateram seus próprios recordes de lucro em plena pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo que se multiplicavam as pessoas afetadas pela fome. O Itaú Unibanco teve lucro líquido de R\$ 26,9 bilhões em 2021, um aumento de 45% a mais que no ano de 2020. O Bradesco também alcançou, em 2021, um lucro de R\$ 26,2 bilhões, 34,7% a mais que em 2020. E no terceiro trimestre de 2022, os quatro maiores bancos do país, Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, já contabilizavam um lucro de R\$ 24,8 bilhões.

Nessa mesma toada segue o aumento da concentração de renda. Em 2022, as oito pessoas mais ricas do Brasil tinham, juntas, R\$251,55 bilhões. Essa cifra é quase duas vezes maior que o recurso (R\$139,9 bilhões) investido em saúde, cerca de três vezes

mais que os R\$ 89,1 bilhões destinados ao Bolsa Família. Os 10% (cerca de 20 bilionários) da população mais rica concentram 59% dos ganhos de todo o país. Na contramão disso, 128 milhões de brasileiros têm apenas 10% da renda nacional.

Em vista dos números apresentados, conclui-se que o aumento da fome no mundo e no Brasil não é devido à falta de produção ou à escassez de alimentos. Suas principais causas são: guerras, desigualdade social, custo de vida alto, concentração da propriedade fundiária, má distribuição de recursos científicos e tecnológicos que possibilitam melhor aproveitamento na produção e distribuição de alimentos, etc.

OUTRAS FOMES

Já vimos que a fome é um problema multidimensional. Ela está ligada à falta de alimentos ou ao alto custo destes, o que já é muito grave, mas também a ausência ou insuficiência de políticas públicas para acesso à habitação, à água potável, à reforma agrária, à educação, ao trabalho digno, ao transporte público etc.

HABITAÇÃO: Pesquisa da Fundação João Pinheiro revela que, em 2019, o Brasil tinha um déficit habitacional de 5,876 milhões de moradias ou aproximadamente 17,4 milhões de pessoas sem moradia. E a Campanha Despejo Zero (2022) observa que, no período agudo da pandemia de Covid-19, esse número aumentou em 393%, com milhares de famílias que foram despejadas e passaram a viver em situação de rua.

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO: De acordo com a Agência Senado, 35 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso à água potável e cerca de 100 milhões não têm acesso à coleta de esgoto, resultando em doenças que podem levar à morte por contaminação. O Instituto Trata Brasil aponta que, no primeiro semestre de 2022, 40% de toda água potável captada no Brasil foi perdida. Se fosse recuperada, essa água daria para atender as necessidades de 66 milhões de pessoas por um ano. A maior parte dos sistemas de captação e distribuição de água potável no Brasil é privatizado.

REFORMA AGRÁRIA: De acordo com a OXFAM (2019), na América Latina, 1% dos proprietários de fazendas detém 51% de toda a área rural. E no Brasil, menos de 1% dos fazendeiros detém 45% das terras rurais. Estudo conjunto da ESALQ/USP, UNICAMP, UFPA, UFMG, IPAM, Kadaster, PNUMA e SEI aponta que “o estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área”. O Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP, aponta que dos 318 milhões de hectares de terras agricultáveis do Brasil, mais da metade, 175,9 milhões de hectares são improdutivos. De acordo com o MST, hoje há cerca de 120 mil famílias morando embaixo de barracas de lona preta no campo, sem acesso à terra para morar e plantar.

EDUCAÇÃO: 35,9% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, no Brasil, não estudam e nem trabalham, devido a insuficiência de políticas públicas e a falta de oportunidades. Trata-se de um déficit que agrava a pobreza e a insegurança alimentar (OECD, 2022). Dos



Imagem: Adobe Stock



Entrega de cestas básicas à famílias migrantes em situação de vulnerabilidade
Boa Vista-RR 2022 - Acervo SPM



aproximadamente 10,6 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, 3,6 milhões estão retidos no ensino fundamental, outros 1,6 milhões abandonaram os estudos, os demais, estão matriculados no ensino médio de baixa qualidade, em escolas públicas precarizadas e com professores mal remunerados. Já entre 18 e 24 anos, apenas 16% dos jovens conseguem ingressar no ensino superior, cuja oferta é majoritariamente privada e noturna (GRABOWSKI, 2017). A pandemia de Covid-19 e o descaso do governo federal em relação às medidas de proteção aprofundaram a pobreza, a evasão escolar e a insegurança alimentar, principalmente das crianças.

TRABALHO DIGNO: De acordo com o Dieese (2021; 2022; 2023) e o IBGE (2022), a renda dos trabalhadores diminuiu cerca de 8,8% e mais de 40% deles passaram a trabalhar na informalidade (cerca de 38 milhões de pessoas), sem registro em carteira ou sem nenhum tipo de contrato em 2022. Apesar da taxa de ocupação crescer no Brasil em 2022, há um contingente de trabalhadores “uberizados”, isto é, flexíveis, precarizados (moto-boys, entregadores de mercadorias, lanches, comidas em geral, motoristas de uber etc.) no mercado, que não têm salário fixo, não contribuem nem tem garantias do INSS; também aumentam os trabalhadores “pejotizados” (trabalhadores com CNPJ próprio, cujo contrato, quase sempre, isenta as empresas da responsabilidade de recolher FGTS, pagar férias, 13º salários, feriados e folgas remuneradas etc.). E mesmo entre trabalhadores com registro em CLT, também há milhares deles com trabalho precário devido às péssimas condições de trabalho em ambientes insalubres, falta de Equipamentos de Proteção, jornadas exaustivas, salário por

produtividade etc. Nesse grupo estão, principalmente, pessoas pretas, mulheres e professores. E ainda há o trabalho análogo ao escravo que é um crime expresso no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. De acordo com a Repórter Brasil (2023), de 1995 até 2022, 60.251 trabalhadores foram libertados do trabalho análogo a escravo, desenvolvendo atividades em áreas rurais e urbanas do Brasil. As maiores vítimas são homens e jovens negros/pretos (mais de 70%). De 2003 a 2020, entre os trabalhadores libertados, 68% são analfabetos ou não concluíram nem o 5º ano do Ensino Fundamental. Eles são, majoritariamente, migrantes internos. Mas, também há entre eles migrantes internacionais: bolivianos, paraguaios, peruanos, venezuelanos, haitianos etc. Entre os trabalhadores que recebem até 1 salário mínimo, a defasagem salarial é gigantesca.



Kits de alimentos entregue a comunidades em situação de vulnerabilidade em Tabatinga-AM 2022 - Acervo SPM

PEQUENO MAPA DO TEMPO SOBRE A FOME NO BRASIL E A MIGRAÇÃO FORÇADA

As raízes da fome no Brasil encontram-se na colonização, escravização, produção para exportação e concentração de renda, atravessando o Império (1822 – 1889) até alcançar a República (1889 – aos dias atuais). Em todos esses períodos, a fome também se relacionou com a discriminação de classe social, de gênero, etnia e raça, da qual a escravidão de negros, o genocídio indígena, os trabalhos precários e os baixos salários pagos são marcas profundas e estruturais em nossa sociedade. Vale a pena passar uma vista d’olhos panorâmica em alguns episódios históricos.

No período colonial, os alimentos de primeira necessidade eram importados da Europa, pois os donos de sesmarias ou grandes fazendas priorizavam a plantação de cana para a produção de açúcar e o comércio com a Europa. A utilização das áreas agrícolas, quase que exclusivamente para o monocultivo, aumentava o risco de desabastecimento. A insegurança alimentar era tão grave que ameaçava os exércitos de Maurício de Nassau, no Pernambuco, os negros escravizados nos engenhos de açúcar, bem como a população branca pobre que habitava vilas, cidades e áreas rurais.

Diante disso, Maurício de Nassau publicou, em janeiro de 1637, o “Edital da finta de mandioca”. Ele consistia na obrigatoriedade de que todo senhor de engenho, proprietário de terras ou lavradores plantavam, ao menos, 200 pés de mandioca por cada escravo que

possuíssem, como forma de evitar ou diminuir a incidência de doenças ligadas à fome e a morte por inanição. E de 1690 a 1720 a fome foi uma perversa rotina para os negros e os brancos pobres (NUNES, 2019, pp. 12-27).

A “REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS” E A LUTA CONTRA A FOME - 1872

De 1800 a 1943, alguns fatos históricos, como a abolição da escravidão em 1888, o crescimento demográfico e lutas pela terra e à alimentação implicaram em reações contra a fome no Brasil. Uma delas foi a “Revolta do quebra-quilos”, iniciada em Fagundes-PB, e que se espalhou pelo Nordeste. Pequenos agricultores, pescadores, feirantes e consumidores reagiram contra a imposição de um padrão de pesos e medidas desenvolvido pela França e adotado pelo Brasil, através do Decreto Imperial Nº 5089 de 18/09/1872 que extinguiu os pesos e medidas tradicionais.

A “Revolta do Quebra-quilos” foi extinta em 1875, por tropas do Governo Imperial que usou, inclusive, técnicas de tortura contra os revoltosos. No início do Século XX, ocorreram vários outros movimentos contra a fome e a carestia. Destacam-se: o comício contra a carestia no Rio de Janeiro, em 1913, e, recentemente, o Tribunal Popular da Fome realizado de forma virtual em 27 de setembro de 2021.

GRANDE SECA NO NORDESTE BRASILEIRO DE 1877-1879

Entre 1877 e 1879, uma seca atingiu a Região Nordeste e o norte de Minas Gerais. Sousa AQ e Pearson RD (2009) apontam que esta seca matou de fome, inanição e malária, quase 500 mil pessoas dos 800 mil habitantes da área atingida.

Para amenizar os flagelos da seca, o Governo Imperial estimulou a migração de milhares de sertanejos cearenses, estado mais atingido, para o Amazonas, Acre e Pará. A fome de 1877 é a principal causa da primeira migração nordestina em massa para o primeiro ciclo da economia da borracha. Já em 1932 e em 1943, novo estímulo do governo brasileiro, agora República, é feito aos nordestinos para a migração aos seringais do Acre, quando então ficaram conhecidos como os “soldados da borracha”.

Milhares de sertanejos foram forçados a se alistar como “força de trabalho”, através do SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia e do Departamento de Migração do Governo Vargas e atendia às exigências dos Acordos com Washington, um deles, o fornecimento de borracha (NEVES, 2001).

O resultado dessas operações não proporcionou direitos aos sertanejos. No sertão, eles viviam abandonados pelos governos e dependiam dos fazendeiros para sobreviver; na Amazônia eram subordinados aos “coronéis dos seringais”. A borracha exportada contribuiu para o desenvolvimento industrial da Inglaterra e da França, sobretudo na fabricação de pneus. E na Segunda Guerra Mundial, os EUA a utilizaram na fabricação de equipamentos de proteção dos seus soldados (MOTA et al, 2021).

A “FOME DO NOVENTINHA” – 1880 – 1890

A “fome do noventinha” é uma alusão direta ao final da década de 1880 e início da de 1890. Essa fome colocou milhares de mulheres, homens e crianças em migração forçada, procurando escapar da morte por inanição. No entanto, somente na Comarca de Caetité, sertão baiano, cerca de 800 pessoas morreram de fome. É o que diz a carta aflita de um delegado de polícia enviada ao “Pequeno Jornal” e publicada na sua edição de 30 de dezembro de 1890. A referida carta ainda diz que “a maior parte dos lavradores não plantaram roças devido à falta de sementes.”

Aos famintos restavam a misericórdia. Pequenos sitiantes, pescadores, indígenas e quilombolas, sensíveis àquele drama humano, lhes socorriam com água, garapa de cana e mandioca. E também são muitos os relatos sobre famílias famintas que, para não deixarem seus filhos morrerem de fome, vendiam suas crianças, sobretudo meninas, para sitiantes e cidadãos mais abastados. A Fome do Noventinha fez muita gente migrar pelos sertões urbanos e rurais. Dentre os grupos de andantes, destaca-se o de Antônio Conselheiro, fundador de Canudos-BA.

CANUDOS-BA: UMA CIDADELA CONTRA A FOME E A DESIGUALDADE SOCIAL – 1893 – 1897

A comunidade de Canudos foi fundada por Antônio Conselheiro e sertanejos retirantes, em 1893, no norte da Bahia. Eles ocuparam Belo Monte, uma fazenda improdutiva, às margens do rio Vaza-barris. Alguns motivos políticos, religiosos, econômicos e sociais atraíram os retirantes para Canudos. Havia o inconformismo com a instauração

da República brasileira (1889) que não alterou a precária condição de vida dos trabalhadores dos campos e das cidades, castigados com secas e fomes; a revolta contra a desigualdade social, o abandono das populações sertanejas pelos governos. Muitas famílias que seguiam Antônio Conselheiro viam nisso uma oportunidade de conseguir moradia, terra para plantar e alimentos para saciar a fome.

Considerado por muita gente como a “Terra prometida”, numa alusão direta aos hebreus que seguiram o profeta Moisés pelo deserto até a terra de Canaã, a comunidade de Canudos chegou a ter cerca de 25 mil pessoas. Depois de resistir a ataques de tropas municipais, estaduais e federais, Canudos e sua população foram dizimadas pela quarta expedição do exército brasileiro em 5 de outubro de 1897.

A destruição de Canudos implicou na volta da fome e da desigualdade social na região. Contudo, a sua memória é viva ainda hoje através das histórias narradas pelos descendentes dos canudenses que sobreviveram ao massacre e pela ação de diversas organizações sociais, como a UPIC – União pelos ideais de Canudos, em São Paulo.

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DA FOME: “OS CURRAIS DO GOVERNO” – 1915 – 1932

Em 1915, outra seca, administrada em benefício dos donos do poder político e econômico, flagelou milhares de sertanejos migrantes em busca de água, comida, remédios e trabalho. Mas o que encontraram foram “campos de concentração” ou “currais do governo” que consistiam em amontoados de barracas cercadas com arame e vigiadas por policiais. Estes currais eram uma estratégia dos poderosos para impedir que os flagelados entrassem nas cidades. Para disfarçar essa estratégia, eram lhes servidos farinha, rapadura, pães, água e remédios básicos. Eles foram impedidos de sair dos “currais”. Os governos também promoviam o alistamento forçado de famílias para a migração rumo aos seringais do Acre e do Pará.

Essa política de combate à fome, já experimentada na grande seca de 1877, foi sendo aprimorada e aplicada nas secas de 1880, 1890, 1915, 1932 e institucionalizada em 1943 com a criação do SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, órgão do Departamento de Migração do Governo Getúlio Vargas.

Ainda hoje há ruínas de campos de concentração em municípios cearenses como Acarape, Baturité, Itapiúna, Quixadá, Quixerambim e Senador Pompeu; também pode-se encontrar mulheres e homens que, crianças à época das secas de 1932 e 1943, testemunharam seus pais, parentes, vizinhos ou desconhecidos clamando por um copo d’água e um punhado de farinha.

Essas memórias, relatos e histórias também estão registradas romances sobre fome e migração: “Fome” (1890) de Knut Hamsun, sobre a fome na Noruega e na Europa, “Vinhas da ira” (1939) de John Steinbeck, sobre a fome nos EUA, etc. E no caso do Brasil temos: “Os brilhantes” (1895) de Rodolfo Teófilo, “A fome” (1900), Rodolfo Teófilo, “A bagaceira” (1928) de José Américo, “O quinze” (1930) de Rachel de Queiroz, “Vidas secas” (1937/38) de Graciliano Ramos, “Morte e vida severina” (1954/55) de João Cabral de Melo Neto; como livro historiográfico: “Os sertões” (1902) de Euclides da Cunha, e obras musicais como a de Elomar Figueira de Melo que abordam sobre a fome. “Fantasia leiga para um rio seco” (1981).

ESBOÇOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À FOME

A SEGURANÇA ALIMENTAR E A INSTITUIÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL

LAURO DE FREITAS - Adobe Stock



Em 1932 Josué de Castro realizou um “Inquérito Sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife”. Ele estabelecia conexões entre o que era produzido pelos trabalhadores, suas condições de moradia, alimentação e seu salário mensal.

Após 1932, diversos inquéritos foram realizados no Rio de Janeiro, São Paulo e em outras regiões brasileiras. Por este período, aumentavam as discussões pela instituição de um Salário Mínimo que viabilizasse melhores condições de vida e reprodução social da classe trabalhadora. A Constituição de 1934 estabelecia, no seu Artigo 121, o fundamento central do Salário Mínimo: atender as necessidades básicas dos trabalhadores em cada região do país.

GEOGRAFIA DA FOME NO PLANO GLOBAL E O “ESTADO MÍNIMO”, LIBERAL

Entre os anos de 1942 e 1943, o governo de Getúlio Vargas criou o Serviço Técnico da Alimentação Nacional (STAN), sob a direção de Josué de Castro, para realizar estudos sobre a alimentação e nutrição da população. Em 1946 o STAN foi extinto, e Josué de Castro publicou o livro “Geografia da Fome”. Trata-se do primeiro mapeamento desnaturalizando a fome e indicando ações locais, regionais e nacionais estruturadas em políticas públicas para preveni-la e combatê-la no Brasil.

Em 1943, Franklin D. Roosevelt, presidente dos EUA, realiza uma conferência com 44 países e aborda a fome como uma questão social, política e moral. Um dos resultados da conferência é a criação da FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, em 1946, com o objetivo de realizar pesquisas e implementar ações globais de prevenção e combate à fome.

Apesar da FAO, a fome seguiu menosprezada. Anna Maria de Castro (2010, p. 23) observa que “no Brasil, testemunhamos décadas de decisões governamentais equivocadas. Planos econômicos desastrosos e inconsistentes levaram o país a uma situação de persistente inflação e de aumento da dívida externa. [...] A desigualdade é cada vez mais acentuada produzindo cidadãos de segunda categoria [...] E as décadas de 1980 e 1990 foram atropeladas pelo avanço da globalização e a consolidação das práticas liberais conservadoras, neoliberais que agravaram o quadro da miséria”. O neoliberalismo e o seu programa de “Estado mínimo” aniquilaram as políticas sociais e com elas o sonho de cidadania e dignidade humana da população carente.

O CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E A SAÍDA DO BRASIL DO MAPA DA FOME

O Presidente Itamar Franco (1992-1994) cria o CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR através do Decreto nº 807 de 24/04/1993. Neste mesmo ano, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, funda a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, com o lema “Quem tem fome não pode esperar”. O CONSEA e a Ação da Cidadania apontavam para a necessidade da articulação entre políticas públicas e ações sociais estruturadas para extinguir ou reduzir o percentual da população brasileira marginalizada pela fome de alimentos, de saúde, de educação, de reforma agrária, de trabalho decente, de segurança pública etc.

A Ação da Cidadania mobiliza trabalhadores, lideranças comunitárias, artistas, empresários, professores, religiosos, universidades, igrejas, sindicatos, associações, clubes de esportes, movimentos por reforma agrária etc. numa ação conjunta de combate à fome e à miséria. No ano da sua fundação, 1993, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que 32 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza. Em 1994 o CONSEA realiza a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e a Ação da Cidadania lança a campanha “Natal sem fome”.



Família de agricultores fazendo farinha de mandioca - Vale do Jequitinhonha/MG - Foto: José Carlos Pereira

Em 1995, no governo FHC, o CONSEA é extinto. Em seu lugar é criado o “Programa Comunidade Solidária”, pelo Decreto Nº 1.366, de 12/01/1995, que prevê no Artigo 1º: coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza.

Em 2003, o presidente Lula recria o CONSEA, por meio do Decreto nº 4.582 de 30/01/2003. Art. 2º, Parágrafo único. O CONSEA estimulará a criação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, com os quais manterá estreitas relações de cooperação, especialmente em relação às ações definidas como prioritárias no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

No bojo da recriação do CONSEA é implementado o Programa Fome Zero, incorporado ao Programa Bolsa Família através da Lei

Federal nº 10.836, de 9/01/2004. Neste ano é realizada a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Olinda-PE. A 3ª foi realizada de 3 a 6 de julho de 2007, em Fortaleza-CE. A 4ª foi realizada em 2011, em Salvador-BA. A 5ª, em 2015, em Brasília-DF.

Essas ações tiraram o Brasil do mapa da fome, em 2014, conforme registrou a FAO (2014). Contribuíram para isso: a) Aumento da oferta de alimentos: em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%; b) Aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e geração de 21 milhões de empregos; c) Programa Bolsa Família: 14 milhões de famílias beneficiadas; d) Merenda escolar: 43 milhões de crianças e jovens com refeições; e) Governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do CONSEA.

A EXTINÇÃO DO CONSEA E O RETORNO DO BRASIL AO MAPA DA FOME

A despeito do êxito do CONSEA, Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018, o extingue junto com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Com uma política neoliberal, ele também desprezou a gravidade da pandemia de Covid-19 que ceifou a vida de cerca de 700 mil pessoas e deixou outros milhares com sequelas. A extinção do CONSEA e do SISAN no bojo dessa tragédia fez com que o Brasil voltasse ao mapa da fome em 2022, registrando mais de 33 milhões de pessoas passando fome e outros tantos milhões na condição de insegurança alimentar.

Um exemplo disso é o desprezo por quilombolas, migrantes, mulheres, negros, crianças, jovens, bem como o crime praticado contra indígenas. Embora as Associações Hutukara Yanomami, e Wanaseduume Ye'kwana tenham enviado 21 ofícios pedindo socorro ao governo, ao exército e à Funai; embora tenham denunciado grileiros e mais de 20 mil garimpos ilegais em suas terras, o então presidente as ignorou. O resultado foram as mortes de cerca de 570 crianças yanomami de fome, desnutrição, malária, pneumonia e envenenamento por mercúrio derramado nas águas dos rios que banham suas aldeias.

De acordo com o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, de janeiro de 2019 a fevereiro de 2021, o governo aprovou a inclusão de 1560 novos ingredientes ativos nos venenos utilizados na agricultura. E, segundo a Anvisa – Agência Brasileira de Vigilância Sanitária – de 2019 a 2022, cerca de 37 agrotóxicos aprovados para uso no Brasil foram proibidos na Europa e nos EUA, devido ao seu alto risco para a saúde das pessoas que o manejam no campo, e para os consumidores de frutas, grãos, verduras e legumes das lavouras que recebem sua aplicação. Além disso, aqueles agrotóxicos também envenenam os rios



Confraternização de final de ano com famílias migrantes 2022- Goiânia-GO - Acervo SPM

que abastecem municípios e onde bebem outros animais. Somente em 2015, 475 agrotóxicos foram registrados no Brasil.

EXPERIÊNCIAS DE PREVENÇÃO, COMBATE À FOME E DE GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A fome é um problema social, político, econômico, ético, multidimensional. A sua solução deve considerar, ao menos, dois níveis de intervenção articulados entre si.

Um nível de intervenção é a implementação de políticas de reforma agrária, geração de emprego e distribuição de renda, fortalecimento da agricultura familiar e orgânica, sistemas de captação de águas para uso doméstico, P1MC (Programa 1 milhão de cisternas) e produtivo, fortalecimento do Programa 1 terra e 2 águas (P1+2), ASA BRASIL, com ênfase nos quintais produtivos de base agroecológica e sistematização dos bancos de sementes (sementes crioulas, sementes da paixão), implementação de restaurantes populares, fortalecimento do CONSEA, campanhas de formação que possibilitem aos pequenos agricultores melhorar sua produção para o consumo próprio, e para comercializar o excedente em feiras e programas específicos como o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar.



Banco de sementes ASA - Foto: SPM NE (Semiárido)

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. A Lei nº 11.947 de 16/06/2009, estabelece que 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, estimulando o desenvolvimento sustentável das comunidades.

O PAA busca promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, fortalece circuitos locais, regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Um segundo nível de atuação é o da implementação de políticas setoriais e territoriais baseadas em tecnologias e saberes com a efetiva participação das comunidades nos campos e nas periferias urbanas, de ongs, universidades, escolas, igrejas, sindicatos, empresas, associações, pescadores, quilombolas, indígenas, ciganos, migrantes, circenses, ribeirinhos, geraizeiros, catadores de material reciclável, castanheiros, população em situação de rua, sem-tetos, sem-terra etc.

Juntamente com a (re)criação do CONSEA por Lula em 2023, é fundamental que esses dois níveis de ações sejam articulados entre si para fazer valer, na prática, o Artigo 6º da Constituição de 1988 e o envolvimento direto das comunidades como estratégias de empoderamento delas e garantias de sua segurança alimentar.

Algumas dessas experiências já são desenvolvidas e necessitam de mais apoio, fortalecimento e multiplicação. São elas: os “Quin-

tais Maravilhas”, “Quintais Produtivos”, “Uma terra e duas águas”, “Agricultura urbana”, “Banco de sementes crioulas”. “Restaurantes populares” etc.



Imagem: Reprodução/ Transforma Fundação Banco do Brasil - Quintal Maravilha

QUINTAIS MARAVILHAS:

São um projeto desenvolvido pelo CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento com famílias e comunidades rurais e urbanas. O projeto consiste em valorizar saberes populares e organizar os quintais para fazer hortas, pequenas roças, cultivo de plantas, ervas medicinais, produção e uso de adubos orgânicos, reutilização da água residual das atividades domésticas, trocas com vizinhos, venda do excedente da produção em mercadinhos, açougues, escolas etc. como uma forma de geração e complementação da renda familiar; criação de pequenos animais (galinhas, porcos, perus, patos, cabras, coelhos etc.); construção de cisternas de captação de águas da chuva.

...

Quintais Maravilha são uma realidade no Vale do Jequitinhonha-MG; no Maranhão; e em comunidades urbanas como Paraisópolis em São Paulo-SP.

Há outros projetos semelhantes aos Quintais Maravilhas, como os Quintais Produtivos, Quintais Agroecológicos, Terreiros Produtivos, Muros Produtivos, Hortas Comunitárias e Agricultura Urbana. Todos eles valorizam práticas agroecológicas, saberes locais, comunicação, informação e a economia popular solidária.

Esses projetos são ações importantes em todo o Brasil. Sua multiplicação pode ser feita através de articulações e parcerias entre universidades, movimentos populares, governos locais e redes como a ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro.



Banco de sementes ASA - Arte: SPM NE (Semiárido)

PARA O DEBATE E AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que vimos até aqui, cabe retomar a discussão política sobre a fome. Seja na história mundial ou na brasileira, ela sempre foi instrumento do capital e instituições de governos para a migração forçada de trabalhadores e suas famílias no processo de desenvolvimento industrial ou do avanço do agronegócio.

Dói na alma notar que, desde o período colonial, passando pelo império e alcançando a República, o agronegócio brasileiro em grande escala continue recebendo os maiores subsídios, e que a sua produção, muitas vezes baseada no trabalho análogo a escravo e ao uso de venenos, prioriza o mercado internacional. A agricultura familiar sempre recebeu a menor fatia do bolo de financiamentos,

por um lado, e, por outro, sempre entregou a maior fatia do bolo no que se refere à produção de alimentos para o abastecimento direto das necessidades das famílias brasileiras.

Hoje, o poder do capital, a fome, a pobreza, os desequilíbrios ambientais, os conflitos são causas da migração forçada e globalizada. Os efeitos dessa globalização são mais trágicos nos países de maior desigualdade social e, principalmente, para as pessoas – nos campos e nas periferias das cidades – desempregadas ou com empregos precários, sem moradia, sem água potável, educação, comunicação e informação, sem perspectivas de futuro.



Para acessar as referências utilizadas pelo autor do texto, escaneie o código:

Autor do texto: José Carlos Pereira - **Contribuição:** Roberval Freire, Tayna Silva e Roberto Saraiva
Criação/Diagramação/Impressão: Renata Lima - A.N. Gráfica



SPM - SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES

Rua Caiambé, 126 - 04264-060 - Ipiranga
São Paulo - SP - (11) 94224-1072

Acesse nossas redes sociais pelo QR Code para ficar por dentro de tudo que acontece nas pastorais do Migrante de todo o Brasil



Se você tem algo a dizer ao SPM, fale conosco: faleconosco@spmnacional.org.br



APOIO

